

Audição Regimental | 5 junho, 2018

Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Exma. Sra. Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Bom dia,

Queremos começar por vos falar do trabalho que temos vindo a desenvolver para afinar medidas e soluções para a nossa estratégia e modelo para os Apoios às Artes.

Numa primeira fase, apresentámos um novo Modelo de Apoio às Artes. Agora, tendo em consideração as críticas apresentadas ao funcionamento deste Modelo, vamos criar um grupo de trabalho e de reflexão que desenvolva as temáticas e questões fundamentais levantadas pelos agentes culturais, com o objetivo de melhorar todo o sistema de financiamento público às artes. Para isso estudámos as críticas feitas e apresentaremos ao setor as nossas propostas para ouvir novas críticas e sugestões.

Um novo modelo - em qualquer área de atividade, não apenas na cultura - precisa de acompanhamento, de revisão, de refinamento e de correções à medida que se vai implementando. É nisso que estamos empenhados.

Já apresentámos os resultados globais dos concursos sustentados, nos quais verificámos um aumento das entidades apoiadas e um reforço dos apoios concedidos (como os Srs. Deputados podem ver no documento que vos foi distribuído).

O cruzamento destes resultados com o modelo e com as críticas e observações recebidas fazem parte integrante da nossa análise e serão mote para o Grupo de Trabalho. As opções estratégicas e os principais objetivos do modelo de apoio às artes foram estabelecidos em decreto-lei. Quanto aos aspetos relevantes suscetíveis de reflexão e revisão serão agora examinados no âmbito do Grupo de Trabalho, para o qual foi definida uma proposta de metodologia e de linhas de análise.

Identificámos, desde já, algumas questões na aplicação deste modelo, nomeadamente no que respeita a:

- distribuição regional e articulação com as autarquias, numa linha de descentralização
- separação entre apoios à programação e apoios à criação
- calendarização do processo concursal

Convidaremos os representantes do setor para integrar este Grupo e no final apresentaremos uma proposta de revisão do Modelo de Apoio às Artes, para a qual estamos, evidentemente, já a trabalhar. Paralelamente, estamos a analisar criticamente a plataforma de candidatura com a participação do setor, de modo a simplificar todo o processo, sempre exigente, de acesso aos apoios públicos para as artes. Também apresentaremos uma proposta neste sentido.

Queremos que este processo reúna o máximo de consensos possível e estamos disponíveis para fazer todos os esforços e para rever e discutir todos os pontos que se nos apresentem, sempre com o

intuito de encontrar melhores alternativas às propostas pelo Governo.

Estamos abertos a todos os contributos, como sempre estivemos. Nós acreditamos no trabalho participado e pretendemos, uma vez mais, garantir que ele exista e que ocorra de forma rica e profícua, de modo a sustentar as opções ou correções que venham a ser decididas. Os partidos e os agentes artísticos, o país, podem contar com este Governo.

No Cinema foram também muitos os reconhecimentos e prémios internacionais recebidos. Continuamos empenhados em melhorar o sistema de apoio à produção cinematográfica, em diversas frentes:

- 1) através de apoios à criação, produção e distribuição cinematográfica: os concursos abriram no dia 30 de maio, com uma verba superior, em meio milhão de euros, à disponível em 2017;
- 2) através da criação de ferramentas que permitam o desenvolvimento e crescimento do setor e a atração para o nosso país da produção cinematográfica internacional, através da criação da *film commission* nacional, dos incentivos à captação de grandes produções internacionais e através da promoção e divulgação do nosso cinema e dos nossos realizadores.

Também a arquitetura portuguesa e os nossos autores e profissionais das artes estão, mais uma vez, de parabéns.

O arquiteto Eduardo Souto de Moura foi agraciado com a maior distinção da Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza e Portugal conquistou mais um Leão de Ouro. Portugal é uma presença assídua e cada vez mais reconhecida no contexto das bienais internacionais de arquitetura e de artes. Portugal tem sido

continuamente destacado pela qualidade dos seus autores, das suas propostas artísticas, pelo profissionalismo das suas equipas e pela capacidade que estes projetos têm de deixar uma marca na história das artes.

Souto de Moura era também um dos arquitetos representados no Pavilhão de Portugal. Naturalmente que o Pavilhão de Portugal beneficiou com a distinção recebida e foram muitas as visitas e as menções internacionais à nossa representação oficial na Bienal de Veneza. E *Public Without Rhetoric*, o projeto português concebido pela dupla Nuno Brandão Costa e Sérgio Mah e coordenado pela Direção Geral das Artes, é uma exposição inovadora por ter sido a primeira exposição portuguesa selecionada através de concurso público.

Este é apenas um exemplo onde nos destacamos, mas temos recebido muitos outros prémios e distinções, quer na área das artes, do cinema, do livro ou do património. Portugal é um país reconhecido pela sua cultura e o Estado e os artistas portugueses têm-se destacado a nível internacional. Agradecemos, por isso, a todos os autores portugueses pela forma como têm enriquecido o património criativo e crítico do país e pela capacidade de promover a cultura portuguesa no mundo.

Sublinho ainda no âmbito da internacionalização da Cultura, o trabalho conjunto que tem sido desenvolvido com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Ação Cultural Externa. Em Resolução do Conselho de Ministros foi definido um princípio de atuação conjunta que sistematiza a necessária articulação interministerial entre os dois principais agentes nesta área, Cultura e Negócios Estrangeiros, em colaboração, também, com outras

áreas indispensáveis à projeção cultural no estrangeiro, como a Economia, o Turismo, a Ciência.

A Feira Internacional do Livro de Guadalajara é a grande iniciativa da Ação Cultural externa no México, já no final deste ano. A partir do livro, e sempre em torno deste núcleo, Portugal irá apresentar-se aos mexicanos e a todo o público internacional desta Feira, cerca de 800 mil pessoas anualmente, de forma multidisciplinar. Tem havido um importante trabalho conjunto para que a Economia, o Turismo, o Ensino Superior e a Ciência, entre outras áreas, estejam presentes nesta grande mostra portuguesa.

São vários os exemplos em que Portugal esteve presente ao mais alto nível no decorrer dos últimos dois anos, num triângulo geográfico que corresponde às linhas tradicionais de política externa, mas que pretende ir além delas para novas áreas relevantes. Destaco, por exemplo, a extraordinária exposição no Museu do Kremlin, em Dezembro passado. Também na sequência da visita do Senhor Primeiro Ministro à China, em 2016, começámos com este país a desenhar um programa cultural para o próximo ano. A China, e toda a Ásia, representam uma oportunidade única para os nossos criadores e para o desenvolvimento de cooperação cultural ao mais alto nível. Queremos estreitar laços com aquelas geografias.

Na área do Património, conforme já foi anunciado, teremos já em 2019 um novo modelo de autonomia de gestão dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, neste momento sob tutela da Direção Geral do Património Cultural e das Direções Regionais de Cultura, dando cumprimento ao nosso programa de Governo.

Ultrapassámos, pela primeira vez, a barreira dos 5 milhões de visitantes nos equipamentos sob nossa tutela e é necessário agilizar

a sua gestão, permitindo que uma parte das receitas que geram sejam reinvestidas nos próprios equipamentos, em favor da programação anual da respetiva unidade orgânica.

Esta reforma vem no essencial responder às necessidades e aos anseios dos profissionais da área dos museus e palácios. Está, neste momento, na fase final de elaboração um projeto de diploma legal que assumirá a forma de Decreto-Lei e que representará uma mudança de paradigma no que respeita aos tradicionais modelos de gestão dos museus, no sentido de uma cada vez maior autonomia.

Este regime de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos assenta na gestão por objetivos e consubstancia-se no cumprimento de metas quantificadas e mensuráveis que integrarão o contrato plurianual a celebrar entre a administração do património cultural e o diretor da unidade orgânica. O novo regime vai também favorecer o estabelecimento de parcerias entre Museus, Monumentos, Palácios e Sítios, assim como com outras entidades públicas, privadas e a sociedade civil.

Já depois de termos apresentado o novo regulamento para a cedência de espaços, estamos agora em condições de simplificar e harmonizar as regras que permitem as filmagens nos edifícios tutelados pela Cultura. Pela primeira vez haverá regras iguais em todos os monumentos, palácios, museus e edifícios tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural e pelas quatro Direções Regionais de Cultura.

Temos dado passos muito importantes na construção de uma política nacional para as coleções artísticas e patrimoniais, públicas e

privadas, contribuindo definitivamente para potenciar a cultura como o fator distintivo da nossa atratividade turística.

Ainda na área do Património, para citar alguns exemplos, esperamos inaugurar no próximo ano o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche. Foi já na passada semana anunciada a decisão do júri relativa ao concurso público de arquitetura (venceu o projeto do Atelier AR4, coordenado pelo arquiteto João Barros Matos). Todos os trabalhos concorrentes serão apresentados publicamente, numa exposição a inaugurar já no dia 20, no Museu de Arte Popular, em Lisboa.

A par da criação deste Museu Nacional, em Peniche, decorrem as obras de remate do Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, que possibilitarão o Museu das Joias da Coroa e transformarão o eixo turístico Belém/Ajuda. Queremos começar igualmente a transferência do Museu Nacional da Música para Mafra.

Temos trabalhado intensamente com as autarquias, contribuindo desse modo para o grande e comum objetivo da descentralização. É indesmentível que, de Norte a Sul do País, existem inúmeros exemplos de boas práticas de salvaguarda, de recuperação e de revitalização do nosso património, que se devem muito à ação das autarquias em cooperação com as nossas Direção Geral e Regionais.

Falamos também da área do Livro e das Bibliotecas quando falamos de descentralização. Prosseguimos o nosso objetivo de otimização dos serviços de leitura e de acesso à informação para as comunidades, em particular das regiões interiores. Um dos resultados deste trabalho materializa-se no incentivo à criação de Redes Intermunicipais de Bibliotecas de âmbito regional, que

assentam num contacto direto e de proximidade com os municípios e os bibliotecários. Pretende-se com esta estratégia desenvolver um novo tipo de programa de requalificação de serviços, com uma visão mais inclusiva, diversificada e adaptada às realidades de cada território. Desde o início do ano foram promovidas cerca de 25 reuniões de acompanhamento e 9 reuniões técnicas de apoio às bibliotecas municipais, o que corresponde a cerca de 7.300 km percorridos num constante esforço de descentralização.

De igual modo foi criada, em colaboração com o Plano Nacional da Leitura, a fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura. Centenas de jovens do 1º, 2º e 3º ciclo de norte a sul, interior e litoral do país, têm oportunidade de se deslocar às bibliotecas municipais da sua região e aí participar numa grande festa do livro e da leitura, incorporando o sentido da leitura nas suas práticas de vivência, conjugando a obrigação de ler com o prazer de ler.

Mas sabemos também reconhecer as dificuldades e, no setor do Livro, temos de ter uma palavra para a situação difícil que as livrarias vivem, em particular as livrarias independentes. Estamos empenhados em apostar no reconhecimento do trabalho singular e insubstituível desempenhado por estas livrarias.

No ano passado, constituímos um grupo de trabalho multidisciplinar. Desse trabalho já resultou a geolocalização das livrarias, que pode ser consultada no *site* da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e, em breve, também na aplicação Mapa do Cidadão.

Estamos agora em condições de anunciar o Selo de Mérito Cultural. Este Selo de Mérito será atribuído mediante apresentação de proposta dos interessados e sujeito a uma comissão de avaliação que anualmente decidirá de acordo com um conjunto de critérios: A

livraria deve estar aberta ao público há, pelo menos, dois anos; Tratando-se de uma empresa ou associação, deverá um dos sócios estar envolvido diretamente com a atividade normal da livraria; Deverá desenvolver atividades culturais, designadamente ações de divulgação do livro e de promoção da leitura, num mínimo de seis por ano (considerando-se neste número ações desenvolvidas em parceria, como as feiras do livro realizadas com as Bibliotecas Municipais, associações locais ou outras livrarias); Deverá ter pessoal que garanta um serviço de aconselhamento e de acompanhamento orientado para o público; Deverá ter uma página Web ativa e/ou estar presente nas redes sociais de forma dinâmica; Deverá fazer prova, através de testemunho escrito, do seu envolvimento com as entidades locais, designadamente com bibliotecas e escolas; Deverá ter em dia as suas obrigações tributárias e de Segurança Social.

Esta comissão será constituída por representantes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; Inspeção-Geral das Atividades Culturais; Plano Nacional de Leitura; Associação de Municípios; Duas personalidades reconhecidas na área do Livro e da Leitura.

Além do reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido, este selo permitirá a estas livrarias beneficiar de uma campanha nacional de divulgação em meios de comunicação social, nomeadamente a RTP, bem como de um programa de ações de promoção da leitura em estreita colaboração com a rede de bibliotecas municipais e escolares. As livrarias são espaços de formação de leitores, de promoção de hábitos de leitura, de criação de cidadania plena. São, assim, condição essencial do desenvolvimento do país.

Quanto à comunicação social está na hora de prestarmos contas quanto aos resultados obtidos na discussão em Bruxelas da diretiva de serviços de comunicação social audiovisual, no que respeita aos interesses dos nossos operadores televisivos. Portugal, na discussão desta diretiva, defendeu posições ambiciosas e inovadoras em consonância com os interesses expressos pelos operadores televisivos nacionais e colaborou ativamente na convergência de um largo conjunto de Estados Membros em torno destes objetivos. As prioridades traçadas por Portugal foram o aprofundamento da equidade concorrencial, de modo a mitigar a concorrência desleal de operadores que, não estando sedeados no nosso país, exploravam o nosso mercado e o fomento da produção e difusão de obras europeias.

Quanto ao objetivo de alcançarmos uma maior equidade concorrencial, com o novo texto da Diretiva, os Estados Membros, além de poderem decidir impor obrigações de contribuir financeiramente para a produção de obras europeias aos serviços televisivos e a pedido sob a sua jurisdição (algo que já é permitido à luz da Diretiva em vigor), passam a também poder impor tais obrigações de financiamento a serviços sob a jurisdição de outros Estados-Membros que tenham a audiência do seu território como alvo, relativamente às receitas arrecadadas no seu próprio território. Esta nova abordagem aumenta a capacidade dos Estados para adotarem mecanismos de apoio à produção e difusão de obras audiovisuais, prevenindo situações de concorrência negativa entre Estados-Membros. Defendemos também a flexibilização do regime das comunicações comerciais nos serviços televisivos e, neste particular, conseguiu alcançar-se uma maior flexibilidade na gestão do espaço publicitário, o que é fundamental para a saúde financeira

das nossas empresas. Quanto às plataformas de partilha de vídeos e às redes sociais, passam a ter um quadro normativo que vai além das regras aplicáveis aos serviços de comércio eletrónico e que abrange domínios como a proteção de menores, proteção dos consumidores, proibição do incitamento ao ódio e à violência, bem como restrições a certas comunicações comerciais como o tabaco e os medicamentos.

Senhores Deputados, terminada esta exposição, estamos agora disponíveis para responder às vossas questões, contando, como sempre, com os vossos contributos para todas as temáticas da Cultura.